UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
UNIDADE DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – UEaD
CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO - CCAE
LICENCIATURA EM LETRAS LÍNGUA INGLESA A DISTÂNCIA

JANE AMARAL DE OLIVEIRA

OS PRINCIPAIS DESAFIOS DO PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA NA SALA MULTIFUNCIONAL

MAMANGUAPE/PB
2022

JANE AMARAL DE OLIVEIRA

OS PRINCIPAIS DESAFIOS DO PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA NA SALA MULTIFUNCIONAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Letras - Inglês da Universidade Federal da Paraíba, como requisito obrigatório para a obtenção do título de Licenciado em Letras - Inglês, defendido e aprovado pela banca examinadora constituída pelos professores:

Profª Drª Sandra Maria Araújo Dias– UFPB
Orientador(a)/Presidente

Profª Drª Juliene Paiva de Araújo Osias – UFPB
Membro da Banca Examinadora

Prof. Me. Sandra Carla Pereira Barbosa – PMCG
Membro da Banca Examinadora

MAMANGUAPE/PB
2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
UNIDADE DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – UEaD
CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO - CCAE
LICENCIATURA EM LETRAS LÍNGUA INGLESA A DISTÂNCIA

OS PRINCIPAIS DESAFIOS DO PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA NA SALA MULTIFUNCIONAL

Jane Amaral de Oliveira – UFPB – jane-liu36@outlook.com
Profª Drª Sandra Maria Araújo Dias (Orientadora) – UFPB – sandra@ccae.ufpb.com.br
Profª Drª Juliene Paiva de Araújo Osias (Examinadora) – UFPB – julieneosias@gmail.com
Prof. Ma. Sandra Carla Pereira Barbosa (Examinadora) – PMCG – sandracpb@gmail.com

Resumo

A Sala de Recursos Multifuncionais (SRMF) é um ambiente onde diversos materiais didáticos e pedagógicos podem ser encontrados e profissionais especializados atendem os alunos que necessitam de Atendimento Educacional Especializado (AEE) no contraturno. Além disso, é considerado um local de desenvolvimento pessoal, portanto, visa analisar e superar as dificuldades de aprendizagem dos alunos Este trabalho tem como objetivo apresentar um relato de experiência docente referente à importância do Atendimento Educacional Especializado (AEE) realizado na SRMF durante o ano letivo de uma escola pública de Barrolândia no município de Belmonte-BA, com atendimento a 16 alunos, cujo foco são obstáculos encontrados durante o processo de ensino e aprendizagem. Desse modo, este trabalho apresenta um relato de experiencia de uma professora de língua inglesa, atuando nesse contexto do AEE. A presente pesquisa revelou que o AEE contribui para o processo de inclusão escolar de alunos com deficiência, pois é responsável por identificar, desenvolver e organizar recursos educacionais e de acessibilidade para garantir a plena participação no ensino regular de alunos com necessidades, dificuldades ou transtornos funcionais. Este estudo demonstrou que tanto o AEE quanto o SRMF têm contribuído para avanços significativos políticas de inclusão escolar que proporcionam a esses alunos as condições para um verdadeiro progresso no ensino- aprendizagem.

Palavras-chave: Atendimento Educacional Especializado, Sala de Recursos Multifuncionais, Inclusão Escolar.

Abstract

The Multifunctional Resource Room (MRR) is an environment where various didactic and pedagogical materials can be found and specialized professionals assist students who need Specialized Educational Service (SES) after school hours. In addition, it is considered a place of personal development, therefore, it aims to analyze and overcome the students' learning difficulties. The MRR during the school year at a public school in Barrolândia in the city of Belmonte-BA, serving 16 students, whose focus is on obstacles encountered during the teaching and learning process. Thus, this work presents an experience report of an English language teacher, working in this context of the SES. This research revealed that the SES contributes to the school inclusion process of students with disabilities, as it is responsible for identifying, developing and organizing educational and accessibility resources to ensure full participation in regular education for students with needs, difficulties or functional disorders. This study demonstrated that both the SES and the MRR have contributed to significant advances in school inclusion policies that provide these students with the conditions for true progress in teaching and learning.

Keywords: Attendance Educational Skilled. Room Resource Multifunctional. Inclusion School.

1. Introdução

A trajetória percorrida pela Educação Especial no Brasil foi demarcada por diversas transformações históricas e políticas que, posteriormente, culminariam em sua evolução (SILVA; ALENCAR; OLIVEIRA, 2016). Apesar de ser um assunto historicamente recente e infelizmente permeado de discriminação e preconceito, obtiveram-se muitas conquistas importantes no país quando o assunto é esse tipo de atendimento.

As primeiras assistências oferecidas partiram de instituições de iniciativas pessoais e privadas, com o intuito de separar os alunos considerados "normais" daqueles que possuíam alguma deficiência (SILVA; ALENCAR; OLIVEIRA, 2016). Na perspectiva de muitas pessoas, o desenvolvimento da aprendizagem era apontado como inviável e impossível e, portanto, não existia intenção educativa com pessoas portadoras de deficiência, apenas um atendimento clínico (MAZZOTTA, 2005). Neste contexto, Mazzotta (2001, p. 16) enfatiza que:

> Um consenso social pessimista, fundamentado essencialmente na ideia de que a condição de 'incapacitado, 'deficiente', 'inválido' é uma condição imutável, leva à completa omissão da sociedade em relação à organização de serviços para atender às necessidades individuais específicas dessa população (op. cit.).

A partir de 1988, a educação especial no Brasil foi criada pela constituição Federal (BRASIL, 1988) para garantir os direitos das crianças. Pessoas com necessidades funcionais, como realçado pelo art. 5º e 6º da carta Magma garantindo educação como direito de todos e a lei de Políticas e Fundamentos da educação referida no art. 1, que prepara os processos de formativos (BRASIL, 1996).

Segundo Aranha (2000, p. 08), os cuidados especiais são definidos como o acesso imediato e permanente às residências comunitárias para pessoas com necessidades especiais, independentemente do tipo ou grau de deficiência.

> O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. (BRASIL, 2007, s/p).

Além disso, os professores do AEE identificam as necessidades educacionais específicas dos alunos, a fim de desenvolver planos individuais para garantir o desenvolvimento do ensino e aprendizagem em sala de aula normal, bem como as condições necessárias para a

aprendizagem continuada na escola (BRASIL, 2008a, 2008b, 2008c).

A inclusão dos alunos no atendimento advém de grandes mudanças na escola e na gestão educacional na acomodação dos currículos e na formação de professores. A respeito disso,

> A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular (BRASIL, 2007, s/p).

Além disso, segundo Senn (2013), a educação inclusiva é para todos, sem limitações, e para isso as escolas precisam estar preparadas, dinâmicas e dispostas a oferecer a todos os alunos a possibilidade de uma resposta educacional. Dessa forma, o currículo é um recurso essencial para que todos os alunos se desenvolvam e aprendam, pois permite ajuste e possibilidade em momentos de dificuldade.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (BRASIL, 1997), fica clara a necessidade de grandes mudanças no currículo escolar, atentando para a situação individual de cada aluno, portanto, o conteúdo aplicado deve ser de cárater funcional e prático, destinado a atender os alunos sendo diagnosticados com déficits que afetam o funcionamento cognitivo, psicológico e sensorial, constituindo um déficit grave (BRASIL, 1997; PARANÁ, 2013).

A escola é vista como um local de descobertas e do desenvolvimento pessoal, com isso a SRMF(Sala de Recursos multifuncionais) tem como objetivo analisar, minimizar as dificuldades dos alunos na aprendizagem e também em aspectos que atrapalhem o desenvolvimento dos estudantes. E para que o conteúdo seja compreendido, pode ser feito um plano de aula adaptado, de maneira que supra as necessidades e dificuldades dos alunos da Sala de Recursos Multifuncionais (SRMF). Para isso é preciso diagnosticar quais as dificuldades enfrentadas pelos alunos, com a finalidade de estabelecer as estratégias didático-pedagógicas necessárias.

A Sala de Recursos Multifuncionais, nº 1 6.571 (FUNDEB, 2008), pode ser definido como um espaço organizado onde estão presentes diversos profissionais da educação especial, com uma variedade de materiais didáticos, recursos pedagógicos, tecnológicos e de acessibilidade. ajuda alunos e professores. Consequentemente, torna-se um direito legal e uma responsabilidade dos estabelecimentos da rede regular de ensino disponibilizar salas de recursos multifuncionais de diferentes categorias, de acordo com as necessidades de seus alunos, a fim de completar o plano pedagógico e curricular.

Os SRMFs foram implementados em 2007 pelo MEC, juntamente com os serviços do Atendimento de Educação Especializada (AEE), que visam complementar ou suplementar a

educação regular de alunos com necessidades funcionais, transtornos globais do desenvolvimento e alunos altamente qualificados / superdotados em igualdade de condições. fundamento. para os demais alunos, de acordo com a Política Nacional de educação especial na ótica da educação inclusiva (BRASIL2008a, 2008b, 2008c).

Nessa direção, o objetivo deste artigo é relatar a experiência vivida em uma escola pública situada em Barrolândia, no município de Belmonte, no qual autora deste trabalho atua com o Atendimento Educacional Especializado na AEE no período do contra turno escolar, com o objetivo de ressaltar sua importância na inclusão social dos alunos com deficiência no ensino regular e assegurar o efetivo progresso no ensino/aprendizagem de conceitos e conteúdos das disciplinas.

Para atingir o objetivo deste trabalho, o presente estudo está organizado quatro seções, além desta parte introdutória, intituladas, respectivamente, de: educação especial no Brasil, a sala de aula multisseriada e o ensino de línguas, a sala de aula AEE: um relato de experiência docente e considerações finais.

2. Educação Especial no Brasil

No Brasil, o primeiro passo em prol da educação especial foi dado por D. Pedro II, ainda em 1854, ao observar que o deficiente visual, no caso específico, o José Álvares de Azevedo, era capaz de ler, perfeitamente, através do Sistema Braille. É válido observarmos que José Álvares havia estudado no Instituto dos Jovens Cegos, criado por Valentin Haüy, em Paris, e que este instituto ficou conhecido como a primeira escola do gênero na Europa, por conseguinte, no mundo. Ao final deste mesmo ano, foi inaugurado o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, posteriormente denominado Instituto dos Meninos Cegos, Instituto Nacional dos Cegos e, atualmente conhecido como Instituto Benjamin Constant.

> A experiência do Instituto Benjamin Constant ultrapassa a esfera delimitada pelo horizonte da ação: reconhecimento do potencial das pessoas portadoras de cegueira; valor da educação para pessoas cegas; necessidade de continuidade dos estudos de seus alunos, após a conclusão de cursos da Instituição; acesso de alunos portadores de cegueira na escola comum; reabilitação; apoio ao educando; prevenção da cegueira; formação de recursos humanos. (BRASIL, 1994, p.225-6)

O Instituto Benjamin Constant é o primeiro, na América Latina, a editar uma revista voltada para os deficientes visuais: a Revista Brasileira para Cegos – RBC – criada em 1942. Segundo Mazzotta, até 1950, o Brasil possuía quarenta estabelecimentos de ensino regular mantidos pelo poder público; destes, um era federal e os demais estaduais; todos, de alguma

maneira, faziam atendimento escolar especial a deficientes mentais. Existiam, ainda, mais quatorze estabelecimentos de ensino regular que faziam o atendimento a alunos com outras deficiências. Foram criadas mais três instituições especializadas (uma estadual e duas particulares) para atender deficientes mentais, e outras oito (três estaduais e cinco particulares) para a educação dos demais deficientes. No que tange ao atendimento a deficientes físicos, podemos citar o Lar-Escola São Francisco, criado por Maria Hecilda Campos Salgado que descreve um pouco de sua experiência como educadora:

> Trabalhando como voluntária junto ao Abrigo de Menores, verifiquei haver, no meio de centenas delas [crianças], treze meninos fisicamente prejudicados e exigindo, mais que os outros, cuidados especializados. Eram quase todos sem família. Alguns, "órfãos de pais vivos", todos revoltados, desamparados, infelizes. Queixavam-se de que os companheiros os chamavam de "aleijados", "miseráveis", "paralíticos", e que a única coisa que poderiam fazer depois de adultos seria pedir esmolas ou vender bilhetes. (MAZZOTA, 2001, p. 39)

Como podemos observar, de acordo com Mazzotta (1999), historicamente, no Brasil, o deficiente, fosse ele físico ou mental, não tinha o direito ao convívio com seu semelhante, fosse na escola, na igreja ou na família. Na realidade, estas pessoas eram vistas como uma espécie de "aberração", devendo, por isso, ficar à margem da sociedade. Outra importante instituição no atendimento aos deficientes físicos é a Associação de Assistência à Criança Defeituosa (AACD). Fundada em 1950, mantém um dos mais importantes Centros de Reabilitação do Brasil. Trata-se de uma "instituição particular especializada no atendimento a deficientes físicos não-sensoriais, de modo especial portadores de paralisia cerebral e pacientes com problemas ortopédicos, mantém convênios com órgãos públicos e privados, nacionais e estrangeiros" (MAZZOTTA, 1999, p.41). Desde 1979, foi concedido, aos serviços especializados prestados pela AACD, um caráter de suporte ou suplementação da educação escolar. Dispensando maiores apresentações, a APAE – Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais – foi criada em 11 de dezembro de 1954, na cidade do Rio de Janeiro, tendo sido inspirada, como dito acima, na NURC, uma instituição americana. A ideia da criação das APAEs foi tão bem recebida que, até 1993, existiam 230 APAEs no estado de São Paulo e 1.058 no país. Aproveitando-se da aprovação da Lei nº 5.692/71, que no artigo 9º previa tratamento especial aos excepcionais, o então presidente da Federação Nacional das APAEs, Dr. Justino Alves Pereira, requereu do Conselho Federal de Educação a adoção de medidas urgentes, para que o campo do ensino e amparo ao excepcional fosse dinamizado, uma vez que, nos demais setores da educação, isto já estava acontecendo. Para dar maior embasamento ao requerimento, o relator destaca a Lei nº 4.024/61 que dedica um capítulo à educação de excepcionais, e a Lei nº 5.692/71, que coloca a questão como um caso de ensino regular. Esta lei é de suma importância, pois visa inserir os excepcionais num contexto social mais amplo.

Observamos até aqui que, embora tenhamos avançado, e muito, na maneira de conceber o deficiente, a educação voltada para ele era feita de forma excludente: excluía-se do seu convívio os "coleguinhas" ditos "normais", o ambiente de uma escola regular, a participação da família, de forma mais efetiva, enfim, educava-se não para que este aluno fosse incluído/integrado no mundo das demais pessoas, mas sim para viver numa espécie de redoma de vidro, onde ele só estivesse apto ao convívio com seus "iguais".

> A partir da década de 1970 ocorreram profundas modificações na concepção da deficiência e da Educação Especial, dando lugar a uma nova forma de entender a problemática dos deficientes na perspectiva psicoeducativa. O conceito Necessidades Educativas Especiais e a realidade da integração dos deficientes em escolas normais têm determinado notáveis modificações na concepção de currículo, nos métodos de ensino, na atuação administrativa e, com certeza, na formação do professor. (HERRERO, 2000, p. 1)

Entretanto, mesmo havendo empenho por parte de alguns governantes (poucos, bem verdade!) e por parte da sociedade, de modo geral, não tem sido nada fácil para países como o Brasil incluir o portador de necessidade educacional especial no sistema regular de ensino, dando a ele não só a oportunidade de estar nestas classes como, e principalmente, dando a ele a oportunidade de desenvolver seu potencial e se tornar um cidadão, no verdadeiro sentido da acepção. Três são os fatores principais que contribuem, sobremaneira, para que a Educação Especial caminhe a passos lentos em nosso país. O primeiro fator, ou melhor, a primeira barreira a ser enfrentada pela Educação Especial é o pré-conceito, o conceito antecipado de que o deficiente é um ser improdutivo que, por sua "deficiência", não pode acrescentar nada à sociedade, nem dela absorver coisa alguma, restando a ele um estado de inércia absoluta. Pelo fato de tratar de pessoas com características "diferentes", costuma-se não o aceitar como ser humano, já que ele não responde ao padrão de normalidade determinado pela "maioria". Seus limites não são respeitados, suas potencialidades não são (re)conhecidas. Professores e alunos que lidam com portadores de necessidades especiais tendem a adotar duas posturas distintas, porém, altamente prejudiciais aos deficientes. A primeira postura é a de centrar o trabalho no aluno a ser incluído como se ele tivesse a obrigação de alcançar os demais; já no segundo caso, tende-se a dar um "auxílio" excessivo a esses alunos, de modo que todas as suas atividades sejam desenvolvidas por terceiros que, por "generosidade", acabam transformando o portador de necessidades especiais em um incapaz. Em ambos os casos, na tentativa de "incluir", termina-se excluindo ainda mais esses alunos.

> Em educação, entende-se que a criança com necessidades especiais deve ter as mesmas experiências da escola normal, em um ambiente o menos restritivo possível. Não se

> pretende fazer do deficiente uma criança normal, mas normalizar sua vida _que vá à mesma escola, que compartilhe com todas as crianças as mesmas aulas, o refeitório, os jogos, os mesmos programas educativos e, em geral, que tenha a mesma participação nas atividades escolares. (HERRERO, 2000, p. 11)

O segundo e o terceiro fatores estão íntima e diretamente ligados: a falta de verbas para essa modalidade de ensino e a má formação dos profissionais de educação. Para os países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, a tarefa de incluir alunos portadores de necessidades educacionais especiais numa sala de ensino regular, tem sido árdua, embora contínua. Segundo dados do IBGE (Censo Demográfico de 2000), o número global de pessoas com necessidades especiais no Brasil é significativo, se comparado à população geral do país. Estimasse que existam, atualmente, cerca de 4.195.295 pessoas portadoras de necessidades especiais em idade potencialmente escolar – dos 9 aos 24 anos. Levando-se em consideração que, segundo esse mesmo censo, a população total do Brasil é de, aproximadamente, 178. 854. 427 habitantes, o número supracitado é bastante relevante. Vejamos, a título de verificação, a tabela abaixo:

Quadro 01 – Evolução de matrícula de alunos com necessidades especiais por tipo de deficiência

A EVOLUÇÃO DE MATRÍCULA DE AULUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS POR TIPO DE DEFICIÊNCIA								
-	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Tipo de Necessidade	**Quant. alunos**	**Quant. alunos**	**Quant. alunos**	**Quant. alunos**	**Quant. alunos**	**Quant. alunos**	**Quant. alunos**	**Quant. alunos**
Total Brasil	201.142	334.507	337.326	374.129	300.520	323.399	337.897	500.375
Deficiência Visual	8.081	13.875	15.473	18.629	8,019	8,570	9.622	20.521
Deficiência Auditiva	30.578	43.241	42.584	47.810	35.545	36.055	35.582	56.024
Deficiência Física	7.921	13.195	16.463	17.333	10.764	12.182	11.817	24.658
Deficiência Mental	121.021	189.370	181.377	197.996	178.005	189.499	199.502	251.506
Deficiência Múltipla	23.522	47.481	42.582	46.726	41.726	47086	50.484	62.283
Condutas Típicas	9.529	25.681	8.994	9.223	7.739	9.190	9.744	16.858
Superdotação	490	1,724	1.187	1228	454	692	625	1.675
Outras	-	-	28.666	35.165	18.268	20.521	20.521	66.850

Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Censo Demográfico 2000.

O número de alunos com necessidades educacionais especiais vem aumentando, ano após

ano, de forma a exigir das autoridades competentes uma série de investimentos que vão desde a estrutura física das escolas que receberão tais alunos à formação do professor e dos demais profissionais que lidarão com esses educandos. É válido salientar a observação feita por Mazzotta (1993), a respeito da formação do professor de educação de especial:

> O professor de educação especial não constitui uma duplicação do psicólogo, do oftalmologista, do fonoaudiólogo, do fisioterapeuta, do terapeuta ocupacional, do psiquiatra, do foniatra ou de outros profissionais. É um professor que deve lecionar o mesmo que ensinou ou continua a ensinar aos alunos "normais", desde os hábitos mais elementares e as habilidades de ler, escrever e contar, até as Ciências, os Estudos Sociais, a Educação Física etc. O trabalho que lhe compete, segundo a prescrição legal, reveste-se de um nítido e exclusivo sentido pedagógico (MAZZOTTA, 1993).

Como se pode notar é de responsabilidade do professor a desenvolver a parte didático-pedagógica da educação especial, cabendo ao poder público investir não só em professores, mas também em profissionais das áreas médicas acima citadas, de forma que os alunos tenham todas as suas habilidades desenvolvidas.

É de suma importância salientarmos que, dentro dessa modalidade, encontram se os alunos superdotados que, pelo grau de facilidade com que apreendem o conteúdo trabalhado em sala de aula, tornam-se "indesejáveis" aos olhos dos professores pelo simples fato de colocarem em risco a "autoridade" desses profissionais, que são fruto de uma educação tradicionalista não admitindo que o aluno possa ir além daquilo que ele, professor, se propõe ensinar. Segundo Carneiro (1998), "O Brasil cuida mal ou não cuida do aluno com elevada aptidão intelectual, talvez porque não tenha conseguido resolver questões mais gerais da educação básica. Só que a educação do superdotado é, igualmente, uma questão de educação básica!". Não bastasse a ausência de recursos financeiros o suficiente, o país, ainda, não conta com um programa de formação de professores de educação especial capaz de abranger todo território nacional. Há, é verdade, alguns cursos de especialização, mestrado e doutorado bons, mas que por ora não atendem à demanda do número de alunos que adentram a educação especial a cada ano. Além disso, a maioria desses cursos limita-se ao eixo Rio-São Paulo, fazendo com que o restante do país sinta de maneira mais imediata a dificuldade de inserir esses alunos no ensino regular e de conseguir fazer com que concluam seu curso, chegando até mesmo à universidade

3. A sala de aula multisseriada e o ensino de língua inglesa

O uso da língua inglesa está cada vez mais presente, tornando-se fundamental para a participação social em nível global. A linguagem é, portanto, não apenas um instrumento

acadêmico, mas também um meio de inclusão social. Para que os alunos com necessidades educacionais especiais tenham sucesso na aprendizagem de uma segunda língua, deve haver um comprometimento diferenciado na forma de ensinar.

3.1. Alternativas para incentivar o ensino de língua estrangeira para alunos com necessidade educacional especial

Ao contrário do que se pensa, o ensino de uma língua estrangeira deve ser incentivado como forma de auxiliar o desenvolvimento dos alunos, pois estimula a neuroplasticidade e proporciona a satisfação de aprender algo novo. Com as adequações necessárias, levando em consideração o nível e o tempo de cada indivíduo, é possível ensinar inglês com sucesso a um aluno com necessidades educacionais especiais.

No entanto, no mundo acadêmico atual, pouco se encontra sobre o ensino de uma língua estrangeira para alunos com necessidades educacionais especiais. Após muitos avanços no exercício do direito à inclusão de alunos com deficiência, ainda há uma segregação em sua possibilidade de aprender uma nova língua. Assim sendo, defendemos a necessidade de enfatizar nas controvérsias pedagógicas que para o aluno se envolver de forma integrada e autêntica, precisamos pensar em formas de ensinar também a disciplina de inglês, que faz parte do currículo regular.

Após algumas leituras, percebemos que o ensino colaborativo foi muito eficaz em termos de inclusão. A perspectiva desta metodologia caracteriza-se pelo fato de existir dois professores na turma que os avaliam e trabalham com eles. Consequentemente, podemos denominar essa estratégia de aprendizagem de co-ensino ou bidocência.(BEYER, 2005. p.128)

A ideia principal do ensino colaborativo é que, em algum momento, o professor de educação especial possa conduzir atividades em grupo e o professor geral possa acompanhar os alunos com deficiência para que sejam avaliados seus progressos e necessidades.

3.2 Principais obstáculos do ensino de língua estrangeira para alunos com necessidade educacional especial

A maior dificuldade em introduzir alunos inclusivos na sala de aula é a necessidade de desenvolvimento pessoal em um ambiente de grupo. No entanto, vale ressaltar que esse atendimento individualizado para alunos com deficiência também beneficia todo o grupo em termos de planejamento e adaptação.

Ao usar imagens, por exemplo, para ajustar as atividades também pode ajudar os alunos que estão com dificuldades na disciplina, principalmente quando se trata de um segundo idioma, que muitos alunos sem necessidades educacionais especiais também vivenciam.

É importante destacar que nem sempre os professores conseguem atender as necessidades da turma com alunos com deficiência sem o apoio de um mediador. Isso pode interferir no seu trabalho e prejudicar o desenvolvimento da aula.

A ideia de personalização propõe ajustar o ensino para que os alunos também possam vivenciar as experiências de outros alunos, mas da forma que melhor lhes convier. Vale ressaltar que os professores da educação especial devem circular pela sala de aula e interagir com a turma e não mostrar exclusividade aos alunos com deficiência para que não haja exclusão.

O trabalho em dupla também é uma saída interessante, pois estimula amplamente a autonomia e a socialização do aluno, trazendo uma abordagem inclusiva ao trabalho do aluno, momento em que o professor pode avaliar outras questões além do que é proposto.

Vale ressaltar que existem preocupações com a inclusão de alunos com deficiência, mas em nossa atual realidade educacional, ensinar inglês para esse aluno não é prioridade. Nesse caso, é necessário investir na utilização de métodos adequados para alcançar resultados positivos em seu aprendizado.

4. A sala de aula AEE: um relato de experiência docente

Atuo na Sala AEE, na escola onde trabalho como professora ministrando aulas entre elas a disciplina da Língua inglesa, é na Escola Municipal Antônio Carlos Magalhães (localizada em Barrolândia/ Belmonte-BA). Na Sala AEE tem duas professoras Maria e Jeane (nomes fictícios) que atendem 16 alunos da alfabetização infantil, do ensino fundamental I e II, ensino médio e da Educação de Jovens e Adultos (EJA) com idades entre 5 a 58 anos, os quais são portadores de necessidades especiais como autismo, síndrome Dawn, deficiência física, intelectual, déficit de atenção, deficiência cerebral e transtorno mental. O objetivo desta sala de AEE é contribuir para o aprendizado dos alunos em sala de aula regular. E, além disso, promover maior interação entre os colegas tanto na sala de aula regular como fora.

No primeiro dia de aula tentamos entender e conhecer as dificuldades e as necessidades de cada aluno através de uma anamnese (entrevista realizada pelo profissional onde terá todas as informações sobre a vida e saúde da pessoa a fim de conhecer ló melhora) com os pais. Em seguida, buscamos analisar os alunos através de uma atividade diagnóstica, com base no conteúdo aplicado. Com isso, foi possível perceber a forma de aprender, a agilidade, a dificuldade, habilidade e o interesse de cada um deles.

Mesmo não tendo muita orientação de um psicopedagogo adaptamos as atividades a serem desenvolvidas com os alunos da Sala AEE para que pudéssemos contribuir no desempenho deles em sala de aula regular e com isso, nos ajudar e entender especificamente cada um deles.

No decorrer deste ano (2022), vários assuntos foram abordados, onde eles pudessem praticar a leitura até mesmo sendo alfabetizados, conforme indicado a seguir.

DATA	CONTEÚDO
07/06/2022	CORES EM INGLÊS / PORTUGUÊS
10/06/2022	ALFABETO E FORMAÇÃO DE PALAVRAS (INGLÊS /PORTUGUÊS)
10|/05/2022 21/07/2022	PINTURA LIVRE (COORDENAÇÃO MOTORA) DINÂMICA (MÍMICA DAS PALAVRAS)
11/08/2022	DATAS COMEMORATIVAS (DIA DO ESTUDANTE)
18/08/2022	NÚMERAIS (INGLÊS /PORTUGUÊS)
30/08/2022	PARTES DO CORPO (INGLÊS/PORTUGUÊS)
25/10/2022	FILME (TOY STORY)
10/11/2022	DATA COMEMORATIVA (PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA)

Fonte: Elaboração própria (2022)

Além disso, promovemos o reconhecimento das dificuldades de cada aluno e percebemos como reage diante a um problema ou dificuldade enfrentada na escola.

Nesse período de 18 de abril a 12 de outubro que passamos com os alunos na Sala AEE; em alguns momentos percebemos a necessidade de mudanças no planejamento de aula, devido ao surgimento de situações não previstas, como: comportamentos e atitudes fora do âmbito escolar com isso, buscávamos ajudá-los.

Compreendemos que é necessário fazer um roteiro de acordo com as necessidades de cada aluno e também abrir espaço para vínculos afetivos, mantendo acima de tudo o respeito entre ambos, diálogos e a construção de conhecimentos. Para tal, os encaminhamentos metodológicos a serem utilizados devem ser conduzidos de maneira a facilitar o entendimento do aluno e consequentemente o aprendizado.

Os recursos abrangeram não apenas atividades das disciplinas escolares, social permitindo que o aluno crie em si a sensação de pertencer a um grupo onde favorece a elevação de sua autoestima por meio de experiências emocionantes e divertidas e o emocional tendo assim o equilíbrio emocional, tendo assim a clareza e segurança para sair de determinados problemas e conflitos, levando a entender e ensinar aquilo que não estivesse evidente em sua mente, ao seu

convívio.

A experiência que temos na Sala AEE com os alunos com deficiência nos proporcionou um olhar desafiador sob o papel de ensinar a língua inglesa e promover possibilidades de aprendizado, além de nos ajudar a entender um pouco de como funcionam os planejamentos dessa sala e também quem são os alunos que necessitam de atendimentos especiais.

Em nossa visão, alguns alunos apresentavam bastante dificuldade na leitura na escrita, na falta de concentração, na coordenação motora e outros nem se quer conhecia o alfabeto e os números, mas com toda a suas limitações víamos que seu interesse em aprender era enorme. Por outro lado, temos um aluno de 29 anos com síndrome Down que, no início, tive uma grande resistência a participar da Sala AEE, pois o mesmo alegava que ele não era criança para realizar as tarefas adaptar, mas com a ajuda da sua madrasta e a direção da escola conversamos; atualmente, ele tem aceitado bem o atendimento na sala AEE.

Por outro lado, temos um aluno de 58 que estava na EJA, porém devido os comentários de alguns colegas que o mesmo deveria aposentar ao invés de estar em uma sala de aula. Com isso, desistiu de frequentar a escola regular, mas ela sempre teve interesse a aprender a ler, pois a mesma deseja ler a bíblia (relato da mesma), por isso frequenta a Sala AEE. Devido o número de aluno não relatei de todos.

Com essa experiência na Sala AEE é possível entender o quanto os deficientes tem tido dificuldade em se adaptar em uma sala de aula Regular e o quanto é importante termos uma SalaAEE em uma escola. Aprendemos como é fundamental elaborar planejamento flexível, que esteja preparado para atender as necessidades dos alunos diante das atividades, e que mesmo com todas as dificuldades e limitações de cada a determinação para superá-las é imprescindível para melhorar o aprendizado e o desempenho escolar.

Como na Sala AEE as aulas ministradas são conteúdos aplicados na sala regular, porém adaptadas, onde os recursos didáticos e tecnológicos para desenvolver as atividades planejadas, como computadores, atividades pedagógicas, como: jogos online, caça-palavras, cruzadinhas, filmes, músicas entre outros recursos didáticos, notai que os alunos tem tido interesse pelas aulas e conteúdos da LI. As atividades pedagógicas desenvolvidas na Sala AEE é com parcerias com o professor da sala regular da disciplina língua inglesa, como objetivo de enfatizar as atividades trabalhadas na sala regular, com objetivo de propor uma atividade

Com o mesmo tema, pórem de maneira mais dinâmica, divertida e com mais facilidade de aprendizado onde recorremos ao uso de jogos pedagógicos, uso de redes sociais, como sites educativos relacionados à língua inglesa, e entre outros recursos educacionais.

Dessa maneira, os métodos utilizados foram de forma comunicativa em língua estrangeira,

mantendo o equilíbrio dessas. Buscando ensinar de acordo com as limitações de cada alunos, o qual focamos na carência dos alunos relacionado às noções básicas do idioma que os mesmos não aprendem com facilidade na sala regular, como as cores, números e a pronuncia do alfabeto em inglês.

Assim, utilizamos a abordagem do processo, em que procuro trabalhar juntos com o aluno ajudando-o nas atividades proposta na sala regular, dando um feedback das mesmas para eles e não visando apenas o produto final do trabalho planejado, mas sim, visando um trabalho em grupo, que é construído por etapas.

Verificando a dificuldade dos alunos em relação a matéria de inglês e tanto como a de português elaborei uma sequência didática dando ênfase na oralidade, através de filmes infantil, Como objetivo de enriquecer o vocabulário, capacidade auditiva da língua, trabalhar pronuncia e tradução de pequenas palavras.

Até o momento o trabalho em conjunto com minha colega Maria que ao trabalhar com atividades mais dinâmicas os alunos interagem totalmente, pois muda um pouco a rotinas do aluno, pois até mesmo não interagia com os demais. Com isso ficamos felizes com os resultados obtidos a partir da atividade pedagógica desenvolvida na língua inglesa até o momento.

5 Considerações finais

Este trabalho apresenta um relato de experiencia de uma professora de língua inglesa, atuando nesse contexto do AEE.

A escola é um local de aquisição de conhecimentos além de socialização; assim, é necessário que todos tenham o direito de frequentar uma escola, sendo que muitos não valorizam as oportunidades que lhe são propostas.

Em relação aos jovens que apresentam algum tipo de necessidades funcionais, a exclusão às vezes, pode afetar o cenário educacional e causar desistência dos mesmos. A inclusão escolar está inserida em um movimento mundial denominado inclusão social, que busca propor oportunidades iguais a todos, desde os indivíduos com baixas condições econômicas, quanto para aqueles com diferenças culturais, raciais, físicas ou intelectuais, foram excluídas da sociedade. Com isso, é necessário que sejam feitos ajustes no sistema educacional para atender a todo tipo de aluno (RIBEIRO; WOLTER; METTRAU, 2017).

A partir desta experiência, compreendemos que a maior parte das adaptações curriculares pode ser realizada pelo professor no planejamento normal das atividades docentes e constituem pequenos ajustes dentro do contexto de sala de aula. O professor junto a coordenação, psicólogos, pode analisar e perceber que certo aluno necessite de um acompanhamento supervisionado pela professora da sala de recursos. Assim, essa irá dinamizar um trabalho guiado por um modelo colaborativo, ou seja, um modelo que una as habilidades, conhecimentos do professor de educação comum e o especial, com perspectivas de favorecer a aprendizagem dos alunos e atingir os objetivos da escolarização.

A aprendizagem dos alunos com necessidades especiais no âmbito da educação e social teve um bom avanço, devido ao interesse evidenciado durante a leitura de textos, revisão de conteúdo (fotossíntese, respiração celular, fermentação, meiose, mitose), resolução de atividades relacionadas aos conteúdos já citados. Isso deve-se ao fato de desenvolver a prática da leitura e interpretação da maioria dos alunos da SRMF. Nesse sentindo, concordamos com Roldão (2003) ao frisar que “O reconhecimento da necessidade de ensinar de forma diferente alunos com situações de partida diferentes é hoje convocado a todos os níveis do discurso: o político, o investigativo, o dos normativos, o do senso comum dos professores”.

Ademais, para acontecer de fato a inclusão escolar, é fundamental investir na formação dos profissionais da educação onde todos devem ter conhecimento sobre a educação especial, tanto na formação inicial como na continuada. Apesar de ser um assunto que ainda causa desconforto, por desmascarar a exclusão que percorre os corredores das escolas, as SRMF são

locais de acolhimento, investigação, conhecimento e, principalmente, crescimento. Por fim, mesmo com as dificuldades presentes percebe-se que é a SRMF é possui promissor em relação à inclusão e a educação especial, mas ainda faltam profissionais especializados para atuarem na área.

Referências

ARANHA, M. S. F. Inclusão social e municipalização. In: MANZINI, E. J. (Org.). **Educação especial:** temas atuais. Marília: Unesp - Marília Publicações, 2000, p.1-10.

BEYER, Hugo Otto **Inclusão e avaliação na escola:** de alunos com necessidades educacionais especiais. Porto Alegre: Mediação, 2005. p.128.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** LDBEN 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Edital nº 01, de 26 de abril de 2007. **Programa de Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais.** Brasília, 2007. Disponível em: portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/2007_salas.pdf. Acesso em 09 de . novembro de 2022.

BRASIL. **Diretrizes Operacionais da educação especial para o atendimento educacional especializado na educação básica.** Brasília: DF, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2008a.

BRASIL. **DECRETO** Nº 6.571, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2008. Brasil, 2008b.

BRASIL **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2008c.

HERRERO, Jesús Presentación. **A educação de alunos com necessidades especiais**: bases psicológicas: caderno de atividades/ M. Jesús Presentación Herrero; tradução Maria Helena Maurão Alves de Oliveira, Marisa Bueno Mendes Gargantini. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2000 p.1.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. p.12. 5. ed.. São Paulo: Cortez, 2005.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Trabalho docente e formação de professores de educação especial.** . São Paulo: Epu., 1993

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas.** 2ed. São Paulo: Cortez, 1999.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. p. 16. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Secretaria de Estado da Educação.** Superintendência de Educação. Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE: Produção Didático-pedagógica, 2013. Curitiba: SEED/PR., 2016. V.2. (Cadernos PDE).

RIBEIRO, L. M. C. L.; WOLTER, R. M. C. P.; METTRAU, M. B. **Educação & Sociedade**. In: Pensamento Social e Educação: concepção de escola e avaliação da inclusão por parte de mães de alunos deficientes de São Gonçalo. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/es/v38n138/1678-4626-es-38-13800063.pdf.

RODÃO, M. (2003). **Gestão do currículo e avaliação de competências** – as questões dos professores. Lisboa: Editorial Presença

SENN, K. E. D. **Os desafios da Escola Pública Paranaense na perspectiva do professor PDE – v.II. Currículo Adaptado e Flexível: Desafios e Possibilidades.** União da Vitória, 2013.

SILVA, C. O.; ALENCAR, D. N. F.; OLIVEIRA, V. O.; ARAÚJO, C. C.; SANTOS, R. C.S. **A evolução da educação especial no Brasil: Pontos e passos.** Anais [...]. III Congresso Nacional de Educação - Inclusão, Direitos Humanos e Interculturalidade. CAMPINA GRANDE: REALIZE, 2016.